

Brasil precisará de novos créditos ano que vem

Sayad admite a deputados que o País buscará "dinheiro novo" mas sugere capitalizar juros

— O ministro João Sayad, do Planejamento, revelou ontem a um grupo de parlamentares do PMDB que o Brasil, no próximo ano, vai buscar "dinheiro novo", e que uma parte desses recursos externos será viabilizada através da capitalização dos juros. A informação foi dada pelo deputado Ralph Biasi (PMDB-SP), presidente da Comissão de Economia da Câmara.

Almoçaram com o ministro-chefe da Seplan 16 deputados federais do PMDB para passar em revista temas como dívida externa, taxas de juros, deses-

tatização, reforma tributária de emergência e Plano Nacional de Desenvolvimento ((I PND da Nova República). Segundo o deputado Arthur Virgílio Neto, foi uma reunião que serviu para o entrosamento de posições entre o PMDB e a Seplan.

Na questão da dívida externa, entretanto, o ministro Sayad ouviu críticas duras. O deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), segundo o seu próprio relato, disse que é "tímida" e "débil" a posição do governo brasileiro no tocante à negociação da dívida externa, baseada na redução

do "spread", entrada de "dinheiro novo", fim do monitoramento do FMI e da extinção do "relending".

Irajá revelou que dentro de 40 dias o Congresso vai votar uma proposta de emenda constitucional, de sua autoria, de suspensão, por cinco anos, do pagamento da dívida externa. Ele acha que a negociação com os bancos credores tem que ser feita a partir dessa posição.

Os deputados defenderam também a idéia de que o Brasil tem que reduzir urgentemente o volume de pagamento dos juros

da dívida externa, que segundo eles tem que se limitar a um percentual do valor das exportações. Sayad, segundo o deputado Oswaldo Lima Filho, considerou esta alternativa como razoável. "Temos que reduzir a exportação de capital", comentou o parlamentar pernambucano, acrescentando que o problema do déficit público brasileiro "está no Exterior". O ministro Sayd observou, disse Ralph Biasi, que é muito importante a posição do Congresso Nacional sobre a dívida externa, na medida que isso viabiliza o endurecimento nas negociações.